

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
I O DEVER DE DESCRIÇÃO EXATA E COMPLETA DO RISCO A SEGUARAR	9
1. Introdução	9
2. Aspetos gerais	10
2.1. Delimitação do tema	10
2.2. Os fundamentos materiais	13
2.2.1. A assimetria informativa	13
2.2.2. A relação de confiança	13
2.3. Os fundamentos normativos	14
2.3.1. A <i>alea</i> contratual	15
2.3.2. Autonomia da vontade e erro	16
2.3.3. A máxima boa fé	16
3. A regulação legal na experiência portuguesa	18
3.1. Perspetiva histórica	18
3.2. O regime da Lei do Contrato de Seguro	19
3.2.1. A delimitação do dever de declaração do risco	19
3.2.2. O incumprimento doloso	27
3.2.3. O incumprimento negligente	29
3.2.4. Balanço	32
4. Direito comparado: modelos de regulação	32
4.1. Eixos estruturantes	32
4.2. Tipologia	34
5. Conclusões	37

II	APROXIMAÇÃO ECONÓMICA À DECLARAÇÃO DO RISCO NO CONTRATO DE SEGURO	39
	1. O dever pré-contratual de declaração do risco	39
	1.1. Situando o objeto	39
	1.2. Breve nota do regime legal	40
	2. O risco, objeto do dever de declaração	44
	3. A problemática da assimetria informativa	49
	4. A seleção adversa	52
	5. O risco moral	58
	6. Outras vertentes com relevância económica	61
	6.1. Prémio, risco e dever de informação	61
	6.2. Consequências económicas das opções legislativas	67
	6.3. A eficácia do regime legal na prevenção das omissões e inexatidões	69
	6.4. Efeitos da orientação da jurisprudência	73
	7. Conclusões	77
III	A COMINAÇÃO CIVIL DA FRAUDE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO: OCORRÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DO SINISTRO	81
	1. Situando o problema	81
	2. O enquadramento nos artigos 100.º e 101.º da LCS	89
	3. As soluções decorrentes das regras gerais	106
	4. Outras soluções da LCS como sistema normativo	113
	5. <i>Quid iuris?</i> , face à casuística mais recorrente	120
	6. Conclusões	126
IV	O PODER DE DESVINCULAÇÃO DISCRICIONÁRIA DO SEGURADOR	129
	1. Introdução	129
	2. A problemática em vários sistemas jurídicos	130
	2.1. Alguns ordenamentos de referência	130
	2.2. O Direito brasileiro em especial	133
	3. Os modos de cessação dos contratos no ordenamento português	136
	3.1. Cessação e invalidade	136
	3.2. Os principais modos de cessação dos contratos	137

3.3. Cont.: a denúncia, em especial	141
3.4. Os fundamentos da denúncia	143
3.5. Oposição à prorrogação	147
4. Cont.: a matéria no contrato de seguro	149
4.1. Do Código Comercial de 1888 à Lei do Contrato de Seguro	149
4.2. A denúncia na Lei do Contrato de Seguro	151
4.3. Limitações à denúncia	154
4.4. Efeitos da denúncia	159
5. Conclusões	160
V SEGURO FINANCEIRO: OS RAMOS «CRÉDITO» E «CAUÇÃO»	163
1. Introdução	163
2. As coordenadas de uma noção	164
3. Nota histórica	166
4. Critérios de distinção	176
4.1. Critério estrutural	176
4.2. Outros critérios	177
4.2.1. Descoberto obrigatório	178
4.2.2. Natureza dos riscos seguros	178
4.2.3. Âmbito do contrato	180
4.2.4. Especialização do segurador	181
5. Caracterização das modalidades em análise	181
5.1. Danos não indemnizáveis	181
5.2. Princípio da colaboração	181
5.3. Garantia do Estado	183
5.4. Sub-rogação e direito de regresso	184
5.5. Contrato-promessa e agravamento do risco	187
5.6. Elementos da apólice	189
5.7. Mediação de seguros	189
5.8. Direitos dos seguradores	190
6. Natureza do seguro de crédito e do seguro-caução	190
6.1. Tipo, qualificação e natureza jurídica	190
6.2. A contestação da natureza securitária	194
6.3. A coerência típica dos seguros de crédito e caução	197
7. Conclusões	199

VI	A PROBLEMÁTICA DO HOMICÍDIO NOS SEGUROS DE VIDA	201
1.	Especulação, homicídio e interesse nos seguros de vida	201
1.1.	O período especulativo dos seguros de vida	201
1.2.	Interesse e princípio indemnizatório	204
1.3.	O problema e a solução nos seguros de vida	206
2.	A problemática no Código Comercial de 1888	209
2.1.	O sentido e alcance do artigo 458.º	209
2.2.	Os efeitos da declaração de indignidade	212
3.	A matéria à luz da Lei do Contrato de Seguro	213
3.1.	A regra: alcance, fundamentos e pressupostos	213
3.2.	A cominação do preceito	219
3.3.	O carácter injuntivo ou supletivo da disposição	221
3.4.	Pagamento indevido e sub-rogação	223
4.	Homicídio em que participe um beneficiário indireto	225
4.1.	Colocação do problema e enquadramento legal	225
4.2.	Seguro de vida com função de garantia	226
4.3.	Homicida cônjuge ou herdeiro do beneficiário	227
5.	O homicídio é qualificável como morte por acidente?	228
5.1.	O problema em torno da noção de acidente	228
5.2.	A controvérsia jurisprudencial	231
5.3.	Conclusão à luz do rigor da arquitetura contratual	232
6.	Conclusões	234
VII	COMPROVATIVOS DO SEGURO AUTOMÓVEL E OPONIBILIDADE DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO AOS TERCEIROS LESADOS	237
VIII	PROBLEMAS E DILEMAS DO SETOR SEGURADOR: O RGPD E O TRATAMENTO DE DADOS DE SAÚDE	243
1.	Introdução	243
2.	O quadro normativo da proteção de dados	246
2.1.	Enquadramento geral	246
2.2.	Elementos principais do RGPD	249
2.3.	Os dados de saúde: delimitação de uma noção	253
3.	As condições de licitude para o tratamento de dados	257
3.1.	Fontes de licitude em geral	257
3.2.	Categorias especiais de dados e fontes de licitude	258

4. Atividade seguradora e <i>necessidade</i> de tratamento de dados de saúde	261
5. O problema	266
6. O consentimento como fonte de licitude	269
6.1. Aspectos gerais: a definição legal de consentimento	269
6.2. Cont.: a especificidade do consentimento	272
6.3. Cont.: a liberdade do consentimento	275
7. Perspetivas de solução: a fonte de licitude nos seguros obrigatórios	284
8. As soluções de licitude nos seguros facultativos	289
8.1. Obrigações emergentes de legislação de proteção social	289
8.2. Serviços de saúde ou de ação social	294
8.3. Intervenção legislativa	296
9. O litígio como solução de recurso	300
10. Conclusões	303
 ÍNDICE IDEOGRÁFICO	 307
 ÍNDICE DE REFERÊNCIAS AO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO	 311

